

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Isabela Wender Lourenço Fernandes

E-mail: isabelawender@gmail.com

Instituição: Universidade Federal de Goiás, Brasil

Submetido: 13/06/2022

Aprovado: 24/11/2022

Publicado: 12/12/2023

 10.20396/rho.v23i00.8670104

e-Location: e023041

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

FERNANDES, I. W. L.; CUNHA, D. F. da. Ordem e progresso na res Privata: avanços da educação domiciliar em um espaço público esvaziado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-28, 2023. DOI:

10.20396/rho.v23i00.8670104.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670104>. Acesso em: 12 dez. 2023.



Distribuído Sobre





Checagem Antiplágio



## ORDEM E PROGRESSO NA RES PRIVATA: AVANÇOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR EM UM ESPAÇO PÚBLICO ESVAZIADO<sup>1</sup>

  **Isabela Wender Lourenço Fernandes\***  
Universidade Federal de Goiás

  **Débora Ferreira da Cunha\*\***  
Universidade Federal de Goiás

### RESUMO

Encarando a educação domiciliar no Brasil como uma prática que, a despeito do ainda reduzido número absoluto de praticantes, tem ganhado espaço na política nacional ao longo dos últimos anos, a pesquisa apresentada propôs compreendê-la a partir do espaço público do país. Diante das peculiaridades sua existência, indagou-se: o que as tendências do espaço público no Brasil podem indicar acerca da recente popularização do tópico “educação domiciliar/homeschooling” no país? Para atender a essa questão, objetivou-se conferir de que forma o enfraquecimento e esvaziamento da esfera pública brasileira afetaram a educação domiciliar, seja em sua trajetória, seja em seu conteúdo discursivo. Aplicando elaborações bakhtinianas a discursos relativos ao homeschooling proferidos em eventos, reuniões deliberativas e programas ligados à Câmara dos Deputados, viu-se que “família” marcou o sentido de signos associados ao espaço público em discursos pró-homeschooling e afirmou este como ideológico – enquanto a própria busca ganhar um aspecto de neutralidade e naturalidade em oposição ao social. Tornou-se possível constatar a forte influência de movimentos de enfraquecimento do espaço público brasileiro na educação domiciliar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Espaço público. Homeschooling.

**ORDER AND PROGRESS IN THE RES PRIVATA: HOMESCHOOLING'S ADVANCES IN A DEPLETED PUBLIC SPACE**

**Abstract**

Facing homeschooling in Brazil as a practice that, despite the still small absolute number of practitioners, has expanded in national politics over the last few years, the present research sought to understand it through the lens of the country's public space. Considering the peculiarities of the topic, the research's question was: what do the trends in public space in Brazil can indicate about the recent popularization of the topic of homeschooling in the country? To answer such inquiry, the objective was to check how the weakening and emptying of the Brazilian public sphere affected homeschooling, either in its trajectory or in its discursive content. Applying Bakhtinian elaborations to discourses about homeschooling given in events, deliberative meetings and programs linked to the Chamber of Deputies, it was noticed that “family” marked the meaning of signs associated with the public space in pro-homeschooling discourses and affirmed it as ideological – while seeking to gain an aspect of neutrality and naturalness in opposition to the social. It became possible to verify the strong influence of movements to weaken the Brazilian public space in homeschooling.

**Keywords:** Education. Public space. Homeschooling.

**ORDEN Y PROGRESO EN LA RES PRIVATA: AVANCES DE LA EDUCACIÓN EN CASA EN UN ESPACIO PÚBLICO VACIADO**

**Resumen**

Tomando la educación en casa en Brasil como una práctica que, a pesar del todavía pequeño número absoluto de practicantes, se ha expandido en la política nacional en los últimos años, la presente investigación buscó comprenderla a través de la lente del espacio público del país. Con las peculiaridades del tema, se preguntó: ¿Qué pueden indicar las tendencias en el espacio público en Brasil sobre la popularización reciente del tema “educación en casa/homeschooling” en el país? Para responder, se buscó verificar cómo el debilitamiento y el vaciamiento de la esfera pública brasileña afectaron la educación en casa en su trayectoria y en su contenido discursivo. A través de la aplicación de elaboraciones bakhtinianas a discursos sobre la educación en casa dados en eventos, reuniones deliberativas y programas vinculados a la Cámara de Diputados, se percibió que “familia” marcó el significado de los signos asociados al espacio público en los discursos pro-homeschooling y lo afirmó como ideológico – buscando ganar un aspecto de neutralidad y naturalidad frente a lo social. Fue posible verificar la influencia fuerte de los movimientos para debilitar el espacio público brasileño en la educación en casa.

**Palabras clave:** Educación. Espacio público. Homeschooling.

## INTRODUÇÃO

Se fenômenos humanos com contornos imprecisos oferecem caminhos incertos à pesquisa social, isso não constrange a materialidade da existência dos mesmos. É de tal forma que a educação domiciliar brasileira se apresenta àqueles que nela notam uma prática de sentido sociologicamente compreensível, ainda que resistente a investigações empíricas. Afinal, a centralidade do espaço físico doméstico, o baixo número absoluto de praticantes e o receio de ações judiciais sentido por estes fazem do *homeschooling* – termo aqui usado alternadamente com educação domiciliar – um exemplo dos referidos fenômenos vacilantes, enquanto seu crescimento na última década instiga tentativas de análise de seus significados.

Para ensaiar uma apreensão crítica e contextualizada do *homeschooling*, aliaram-se, ao tema, revisões bibliográficas acerca dos rumos que a esfera pública brasileira tem adotado na última década, de forma que um recorte temporal similar fosse considerado para ambos os tópicos. Pela manipulação inicial do material escrito e audiovisual disponível sobre o *homeschooling* mundial e brasileiro, notou-se que sua relação com o universo escolar reproduzia conteúdos encontrados na dicotomia privado/público, incluindo oposições valorativas. Nesse caso, seria possível esperar alguma relação entre tendências da esfera pública e da educação domiciliar.

Diante desses temas – educação domiciliar e espaço público –, a pesquisa apresentada se determinou por dois limites: o temporal – século XXI, especialmente os anos seguinte ao marco temporal de 2013 – e o espacial – o Brasil. Todavia, ressalta-se que ambas definições receberam contextualizações que extrapolam tais enfoques. Com essa direção, o trabalho se centra em responder à seguinte questão: o que as tendências do espaço público no Brasil podem indicar acerca da recente popularização do tema “educação domiciliar/*homeschooling*” no país e sua presença inédita nas pautas do governo Bolsonaro (2019-2022)?

Realizou-se uma exploração de enfoque misto em termos quantitativos e qualitativos, aliando o posicionamento da Análise Dialógica de Discurso à base estatística do programa Iramuteq. Os objetos de tal união são conteúdos audiovisuais disponibilizados pela Câmara dos Deputados acerca da educação domiciliar – especificamente reuniões deliberativas e eventos técnicos da Casa, além de registros dos programas da TV e Rádio Câmara. Em tal material, é possível não só ter contato de forma centralizada com o *homeschooling* em um espaço tecnicamente público – já que ligado à política institucional –, mas compreendê-lo pela natureza dialógica da fala. Como resposta provisória à pergunta posta acima, a pesquisa encontrou a reprodução de tópicos relacionados a momentos de decadência do espaço público nos discursos pró-*homeschooling*, o que incluiu percepções sobre a escola.

## ESPAÇO PÚBLICO: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E PRÁTICAS

O esvaziamento do espaço público contemporâneo e urbano se inicia no século XIX e dá fim à efervescência e vivacidade que caracterizava essa esfera no século XVIII: essa é, em breves palavras, a tese apresentada por R. Sennett (1998) em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. O caráter essencial e absoluto em si que a vida íntima parece apresentar ao sujeito contemporâneo é meticulosamente desmontado pelo autor, bem como a oposição entre um eu natural e frágil e um mundo social perigoso e artificial.

Ao século XVIII – particularmente no universo parisiense e londrino –, “público” designa a “[...] vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos”, abrangendo “[...] uma diversidade relativamente grande de pessoas” (Sennett, 1998, p. 31). Isso seria parcialmente visível no fato de que espaços antes circunscritos a frequentadores da elite – cafés, bares, teatros, óperas – passam a receber públicos mais diversificados, ainda que não se democratizem plenamente. Nesse período, Sennett (1998, p. 60) reconhece a existência de “[...] uma ponte entre rua e palco” e uma conseguinte “[...] geografia pública”: tal como atuações teatrais, os atos públicos do período baseiam-se em sinais compreensíveis, vislumbrando-se, como locutário, um ser humano genérico. Há, desse modo, uma sociabilidade “intensa” porque impessoal.

A descaracterização desse arranjo não se deu em um rompante: fatores combinados ao longo do século XIX, como o capitalismo industrial – força desestabilizadora do sujeito e responsável por elevar a estima da estável vida familiar –, a secularização – que promove um subjetivismo inédito, já que o sentido da vida passa a ser visto como imanente à personalidade individual – e uma deturpada crença no valor do espaço público – visto como um local que, apesar da possível negação da proba moral privada, poderia complementar a personalidade individual –, corroeram internamente as colunas que amparavam a vida pública. A experimentação da urbe (*locus* privilegiado na análise do autor) e sua apropriação pelos sujeitos ali presentes se enfraquecem e passam a ser imaginadas como prerrogativas burguesas (Sennett, 1998, p. 34-40 e 166-175) – e, mesmo para esta classe, a passividade marca a existência em público.

O caráter nuclear da família, não sendo uma inovação oitocentista, ganha, a essa altura, nova função: ela, afirma Sennett (1998, p. 188), “[...] em especial a [...] [de] classe média, deveria ser absolutamente protegida do frêmito do mundo exterior”. Como, nesse espaço, “[...] [s]entimentos complexos se tornam ameaçadores”, pode ser dito que “[...] a criança desenvolverá os seus traços de personalidade eliminando a variedade e a complexidade de sua própria aparência e aprendendo a amar e a confiar nas imagens simples e fixas dos pais” (Sennett, 1998, p. 227). De tal proteção em relação ao mundo exterior visada por uma supremacia da personalidade encarnada na família surgiriam, contudo, sofrimentos e condições psíquicas intimamente relacionados à percepção imprópria ou inexata de si mesmo e do outro – “[...] ansiedade, prolongada tensão nervosa, ou temor paranoico” rompiam na “medicina familiar do século XX” (Sennett, 1998, p. 227).

Com o fim da era vitoriana, revoltas contra essa lógica familiar se dão, conquanto de modo limitado. A liberdade por elas buscada não se pautava pela superação coletiva e

material dos entraves que impedem a percepção e experiência da humanidade como condição genérica, mas, sim, por uma “[...] questão de não se comportar nem ter a aparência das outras pessoas” (Sennett, 1998, p. 237). Se, de um lado, “[...] o ‘senso de comunidade’ de uma sociedade que tem uma forte vida pública nasce da união da ação compartilhada e de um senso do eu coletivo compartilhado”, de outro, relacionado a uma fraca vida pública e ao período que se introduz, há um “[...] senso [criado por ‘fantasia e projeção’] de comunidade como personalidade compartilhada” (Sennett, 1998, p. 275-276); nesse contexto, ela se mantém por meio da exclusão e tem como foco não a ação em comum, mas a própria definição e identificação de quem deve ou não a ela pertencer.

Ampliando a abordagem de tal comunidade excludente, percebe-se que a mesma força a transformação de tudo o que outrora regia-se por uma razão e critérios próprios em expressões de sentimentos e motivações pessoais – e, aqui, a política é uma dimensão que desponta. Aquilo que não parece exibir esse conteúdo estritamente intimista é compreendido como desumano e impositivo: “[...] vamos à escola, vamos trabalhar, entramos em greve, vamos a assembleias, porque somos obrigados. Tentamos não investir muito nessas tarefas porque são veículos ‘inapropriados’ para o sentimento de calor humano” (Sennett, 1998, p. 322). Assentada a comunidade nesses termos, compreende-se que não há espaço, nela, para a ação, já que esta exige a criação para além da simples identificação. Encontra-se, assim, a linha entre o que pode aprimorar ou debilitar o público.

Outra contribuição concernente ao espaço público encontra-se em W. Brown (2015): em seu *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*, analisam-se os diferentes meios pelos quais o neoliberalismo – termo ainda ausente na obra anterior – coage, fragmenta, inibe e esvazia as formas de ação requisitadas por democracia. Inspirada em Foucault, a autora trata o neoliberalismo como uma forma de razão que tende a se expandir e tornar-se a ordenação dominante nas diferentes áreas da vida às quais se estende. Tal expansão não é casual e passa a ser essencial para a manutenção e reprodução do próprio neoliberalismo; sendo nomeada como “economização”, ela “[...] dissemina o modelo do mercado a todos domínios e atividades [...] e configura exaustivamente os seres humanos como agentes do mercado” – como “*homo oeconomicus*” (Brown, 2015, p. 31, tradução nossa).

Para que o *homo oeconomicus* seja melhor localizado, o *homo politicus*, compreendido tanto como “traço” humano quanto um “sujeito”, deve ser abordado. Traço: enquanto humanos, somos marcados, desde tempos remotos, pela coorganização do mundo e de nós mesmos. A onipresença da língua – construção, enunciação e apreensão de mensagens complexas – indica como a deliberação, elemento essencialmente político, é um processo constitutivo da humanidade (Brown, 2015, p. 88). Sujeito: apesar dessa natureza, diferentes arranjos sociopolíticos podem nutrir ou emaciar essa condição. Nesta segunda possibilidade, o *homo politicus* é substituído por outra forma de subjetivação. Para a autora, tal cenário já era visível no liberalismo, mas se intensifica no neoliberalismo (especialmente em fins do século XX) e favorece o predomínio do sujeito *homo oeconomicus*.

Quando a subjetivação é economizada e passa a ser melhor compreendida por *homo oeconomicus* do que *homo politicus*, a “[...] base para uma cidadania preocupada com coisas públicas e o bem comum desaparece” (Brown, 2015, p. 39, tradução nossa). Que dizer dos efeitos dessa dinâmica? A coisa pública se enfraquece, e a cidadania também; uma reunião de pessoas sem o compartilhamento de algum bem comum não constitui um *demos*, afinal. Há uma ilustração desse cenário no “familismo”: sem uma rede robusta de serviços públicos dirigidos a, por exemplo, crianças e idosos, a família, especialmente as mulheres que nela estão, torna-se o ambiente “responsabilizado” por essa tarefa (Brown, 2015, p. 105-106, tradução nossa).

Concebido, enfim, como bens, serviços, processos e ideias, o espaço público retratado pela autora resulta de condições históricas – sociais, políticas e econômicas –, podendo ser retraído ou expandido, atacado ou defendido, conforme o cenário em que se encontra. Tal como a própria democracia, ele não é uma constante histórica. No momento hodierno, marcado pela política, economia, sociedade e sujeito neoliberais, a razão de ser do espaço público se dissolve ao passo que ele ganha uma existência mínima, autorizada de acordo com preceitos econômicos. No ritual neoliberal, inverte-se a relação usual encontrada em sacrifícios compartilhados, em que a vítima é sacrificada em prol de uma comunidade: nele, a *comunidade* é sacrificada em prol de alguns particulares (Brown, 2015, p. 217).

Como o tempo e o espaço mais centrais a esta pesquisa são os últimos dez anos do Brasil, o aporte teórico fornecido por Sennett e Brown na concepção dos termos em estudo deve ser, doravante, complementado. Para fazê-lo, os anos de 2013, 2016 e 2018 serão tomados como marcos interligados da história brasileira contemporânea que concernem, também, às tendências do espaço público desse recorte.

Em artigo, S. Costa (2018, p. 508) discute os antecedentes políticos e econômicos relacionados às manifestações de 2013 (ou Jornadas de Junho). Afirma o autor que o “[...] pacto de classes” vigente nos mandatos do presidente Lula buscava “[...] garantir ganhos tanto para os mais ricos, que ficavam isentos de aumentos de impostos ou confiscos de bens ou ativos, quanto para os mais pobres, que se beneficiariam dos programas de transferência de renda e do crescimento econômico [...]”. De fato, até 2013, viu-se o aumento absoluto de renda em boa parte dos estratos sociais brasileiros. Costa (2018, p. 510), inspirado na metodologia marxiana e weberiana, organiza os mesmos em quatro grupos: *outsiders* – formados por aqueles que teriam deixado a pobreza e integrado uma nova classe média no primeiro governo petista –, estabelecidos – que vão desde não milionários da classe A até membros pré-2003 da classe C –, pobres e milionários (Costa, 2018, p. 512-513).

Embora os estabelecidos tenham sofrido perdas relativas em sua posição social (por exemplo, com a queda de sua participação percentual nas universidades e a maior presença dos *outsiders* em espaços previamente segregados), seus discursos críticos não ganham fôlego e adoção maciça antes da crise de 2013 (Costa, 2018, p. 520). Segundo o autor (2018, p. 520), se as movimentações se iniciam com “[...] um tom generalizado de crítica à política institucionalizada, vão se tornando cada vez mais nitidamente um protesto contra o governo

e o Partido dos Trabalhadores, em geral”. M. Chauí (2013, p. 101) afirmaria que os protestos se ligam a uma classe média acuada, que “[...] deseja manter padrões tradicionais de vida e consumo” – entre eles, a educação.

A respeito do segundo marco listado, referente ao ano de 2016 e, particularmente, ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, F. Santos (2020) revela a presença considerável de uma terminologia intimista em um dos lados do processo. Dos parlamentares que votaram “sim” (à admissibilidade do processo), 41,69% referenciaram a “família”, enquanto 2,19% dos que votaram “não” o fizeram (Santos, 2020, p. 8). Àqueles, a esfera familiar surge, por exemplo, na forma de familiares – sujeitos que estariam, nessas falas, *ameaçados* pela política encarnada pela então presidenta –; integrando essa imagem, abundam menções morais – que estipulam condutas no campo da sexualidade, nação e religião. A educação escolar, em meio a essa retórica, torna-se uma ilustração dos vícios de um público desalmado, esvaziado de uma essência familiar: o “Kit Gay”, por exemplo – disfemismo de “Escola sem homofobia”, projeto que, em 2011, recebeu veto presidencial (Santos, 2020, p. 13) –, aparece como uma das facetas de um público corrompido.

Por fim, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 fora um dos mais evidentes efeitos da guinada intimista e privatista aqui aludida. Apesar da dificuldade de se precisar o perfil ideológico da maior parte de seus eleitores – e, conseqüentemente, de uma parcela significativa da população brasileira –, pode-se compreendê-los como sujeitos insatisfeitos, desconfiados ou decepcionados com a política e os bens públicos por ela proporcionados, buscando, assim, reformar estes por meio de elementos conhecidos, confiáveis. Nesse sentido, Serejo e Cal (2021) detalham as formas pelas quais a família se torna o eixo estruturante da agenda do candidato: por meio dela, as mazelas seriam suprimidas e o caos contido. O Estado, por sua vez, deve adequar sua ação de modo a reproduzir a lógica familiar ou não interferir em sua realização. Com esta construída como um valor tradicional ameaçado, nota-se que se descarta, ainda que sub-repticiamente, a polifonia dessa instituição, restringindo-a à versão “[...] nuclear patriarcal heterossexista” (Serejo; Cal, 2021, p. 42).

Quanto ao governo Bolsonaro de fato, o espaço ocupado por tal forma de família em discursos oficiais ou extraoficiais, publicações e programas mostra-se ainda central. Em seção do portal eletrônico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, lê-se: “[...] [a] elaboração e a implementação de políticas para a família são prioridade absoluta para este Ministério. É a primeira vez na história da Nação Brasileira que um órgão público federal possui, em sua estrutura organizacional, uma Secretaria Nacional da Família”; mais à frente, na mesma área virtual, depara-se com o compromisso em “[...] promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo” (Brasil, [2019?]).

O destaque dado aos anos comentados não deve ser confundido com sua singularização como momentos históricos, ou com a identificação de atores individuais que, por si, teriam encabeçado alterações sociopolíticas; são, antes, marcos destacados de mudanças mais profundas na compreensão do e presença no espaço público. Isso posto, se é

implausível afirmar que não há ideologias específicas dominantes em tais reviravoltas – como fica evidente na forte correlação entre discursos direitistas e de anti-*establishment* –, nota-se que a insatisfação com a esfera pública **precede** uma associação ideológica discreta (ou, de forma mais adaptada a tempos intimistas, uma “identificação com um candidato”). Nesse caso, um descontentamento inicialmente amorfo e generalizado ganha materialidade ao ter ressonância em movimentações partidário-ideológicas. Seria possível encontrar processo similar no *homeschooling*, especialmente em sua versão brasileira?

## HISTÓRIA E CONTEXTO DO *HOMESCHOOLING*

Tendo em vista que o entendimento histórico do *homeschooling* é indispensável à interpretação de sua atualidade, fez-se uso da obra seminal de M. Gaither (2017) acerca do assunto, intitulada *Homeschool: An American History*. Nela, o autor aborda o tema por meio de um extenso escopo temporal: quatro séculos, abrangendo desde os primórdios da colonização inglesa no atual território estadunidense até as primeiras décadas do século presente. Embora esteja focada na realidade estadunidense, sua cobertura a respeito das mudanças que a prática sofreu no país mostrou-se valorosa na compreensão da presença da mesma como força social em outras realidades.

Mesmo nos primórdios da movimentação dos “peregrinos” à América, a educação se encontrava dentre as principais pautas de seu abandono do solo europeu. Para famílias protestantes inglesas – calvinistas, em sua maioria – em busca de localidades tolerantes à sua crença, o prospecto de sua prole estudar com sujeitos cuja cultura e hábitos diferiam dos seus incorporava-se aos motivos para que eles buscassem refúgio fora do Velho Mundo (Gaither, 2017, p. 1-3). No continente americano, essa preocupação encontrou na educação em casa, familiar e guiada por fundamentos protestantes alinhados a catecismos uma forma de resolução confiável – e, de fato, ao longo do século XVII, a instituição com maior acúmulo de funções socializantes e econômicas nas colônias é a família.

Ainda assim, o aumento drástico da população imigrante católica em meados do século XIX fez da escola pública uma necessidade ao que poderia ser chamado de “[...] síntese americana” (Gaither, 2017, p. 26, tradução nossa), que pretendia conciliar valores cristãos (protestantes) e capitalistas (Gaither, 2017, p. 36). Por isso, “[...] a maioria esmagadora de reformadores e advogados [dela] em cada estado da União era protestante evangélica” (Gaither, 2017, p. 37, tradução nossa). A educação domiciliar continuava, contudo: às famílias brancas dos estratos mais altos e médios, era um modo de evitar que os ensinamentos e práticas domésticos se maculassem no ambiente escolar; às famílias negras submetidas à escravidão, era um modo de desafiar as violentas e rigorosas proibições à sua literacia (Gaither, 2017, p. 41-46).

Da Guerra Civil às primeiras décadas do século XX, a colimada síntese tivera sua ausência de substrato concreto revelada. Novos percursos sociais, intelectuais e econômicos agitavam o período – secularização, intensificação de antagonismos de classe e raça, queda



na taxa de natalidade de cônjuges e as primeiras etapas do fenômeno da suburbanização (Gaither, 2017, p. 56-59) –, e as contradições envolvidas nesses processos não eram facilmente dissuadidas. A reação da parcela mais conservadora da população fora simbólica e institucional: se uma instituição aparentava agir de modo insuficiente para a manutenção de valores tradicionais – em termos religiosos e familiares, especialmente –, esse segmento procuraria adaptá-la em prol destes. Assim, as escolas “[...] reforçavam a moralidade vitoriana e a religião tradicional. Quando elas não o faziam [...], os fundamentalistas desafiavam o sistema e ganhavam” (Gaither, 2017, p. 64, tradução nossa).

Em meio ao pós-Segunda Guerra Mundial, a suburbanização intensificava-se e havia a criação e o crescimento de comunidades alternativas. Na primeira, o meio suburbano se apresentava como um substituto aos espaços públicos do seio da cidade de forma miniaturizada, individualizada, higienizada e/ou segura. O subúrbio garantia a “[...] milhões de estadunidenses brancos uma forma de se furta-se à dessegregação”. Para além disso, reprovavam duramente o “[...] novo foco em história social” e as “[...] discussões sobre raça [...] que tendiam a fazer os Estados Unidos parecerem ruins” (Gaither, 2017, p. 115, tradução nossa). Já no segundo processo – organização de grupos alternativos e progressistas –, as escolas eram interpretadas como autoritárias, danosas à criatividade de crianças e jovens e avessas ao tempo natural do mundo e seres humanos. Para ambos os grupos dissatisfeitos com os rumos da sociedade (estadunidense) e com as formas de subjetividade dela nascidas, a educação domiciliar apresentava-se como alternativa educacional real.

Na década de 1990, os praticantes de *homeschooling* organizavam-se em sectários, românticos e pragmáticos. Para os primeiros – que representavam até 90% desse universo –, a prática estaria justificada pela formação e manutenção de uma vida guiada por crenças religiosas (seja qual forem estas); aos segundos, a justificativa estaria em proteger e nutrir aspectos individuais do aluno (criatividade, talentos, especificidades); aos terceiros, ela estaria na garantia de um ambiente que seria mais acolhedor a pessoas com deficiência (Gaither, 2017, p. 163-166). Se os ganhos na arena judicial de famílias *homeschoolers* predominavam absolutamente no início dos anos 1980 – 95%, segundo Gaither (2017, p. 215) –, o crescimento da ala sectária e sua retórica baseada na caracterização vilanesca de escolas públicas dificultou as disputas. Diante disso, o movimento passa a se focar não apenas em ganhos de causa, mas na mudança das próprias leis. O sucesso se estabeleceu em meados da década de 1990, em que o *homeschooling* conquistou a legalidade em todo terreno estadunidense (Gaither, 2017, p. 230) e, outrossim, parte da opinião pública – uma vez que sua organização, justificativas e imagem “[...] ressoavam profundamente com muitas crenças americanas” (Gaither, 2017, p. 231, tradução nossa), como o individualismo e a desconfiança constante sobre tudo aquilo que se compreendia como excesso governamental.

Para o século XXI, o autor retrata o *homeschooling* como um movimento de conteúdo mais multifacetado: há um aumento na presença da população latino-americana, negra, judaica, muçulmana, adeptos de religiões alternativas e de movimentos nacionalistas brancos, além de crianças e jovens esportistas profissionais e da manutenção da prática por

famílias a classes mais abastadas (Gaither, 2017, p. 274-281). Como citado por Gaither (2017, p. 284, tradução nossa), a definição da educação domiciliar contemporânea segundo críticos do movimento é de uma “[...] forma extrema de ‘secessão dos bem-sucedidos’ em relação a um engajamento significativo com a vida pública”. Considerando todos os grupos acima citados, ocorre, de fato, um movimento secessionista das famílias para uma zona privada, mas parece haver, também, suficientes exemplos de grupos fora dos estratos mais privilegiados da sociedade. Antes, a sentença poderia se tornar mais congruente como **secessão dos não-integrados pela vida pública** – aqueles que percebem o público como uma ameaça, enquanto o **privado** lhes oferece uma proteção insubstituível. De todo modo, tal cenário “[...] representa o futuro da educação: desregulada, pautada pelo mercado, privatizada, maleável, líquida” (Gaither, 2017, p. 284, tradução nossa).

Ainda que a obra de Gaither, aqui utilizada de forma ampla, trace um escopo geral do *homeschooling* estadunidense, uma consideração mais analítica de um ponto de inflexão particularmente importante ao movimento faz-se necessária. Em artigo, M. Apple (2000) reflete sobre a conjuntura política e econômica que o teria incubado. A respeito da educação domiciliar, o autor afirma que “[...] [n]ão é possível compreender o [seu] aumento [...] a não ser que o conectemos à história de ataques à esfera pública no geral e no governo (o Estado em particular)” (Apple, 2000, p. 263, tradução nossa).

Para haver mais nitidez sobre tais ataques, Apple considera, como marco temporal, os anos 1970: até tal década, houve um reconhecimento da atuação do Estado na educação, iniciado especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Com a crise da década de 1970, a situação se alterou: a “[...] competição por recursos econômicos, políticos e culturais escassos se intensificou”, enquanto “[...] [o] Estado foi criticado por negar aos consumidores a oportunidade de exercer escolhas” (Apple, 2000, p. 264, tradução nossa); crescem propostas de organização social e político-econômica que submeteriam o Estado ao regime mercadológico e deixariam a esfera privada em evidência. Nessa disposição do social com base na percepção do uso “explícito” de bens públicos como sinal de indolência e imoralidade (Apple, 2000, p. 264-265), a família que julga que as práticas e os valores por ela prezados não são respaldados na arena pública tem, no *homeschooling*, a educação ideal.

Diante de tais contextualizações, de que forma o ensino domiciliar inicialmente se situa em terras brasileiras? Entendendo o movimento em sua designação moderna (ou relativa ao século XX), é possível partir de algumas considerações do trabalho de A. Vieira (2012). Nele, o autor afirma que “[...] [o]s primeiros casos [de educação domiciliar] tornados públicos pela imprensa datam de meados dos anos 1990, a maioria deles incentivada por líderes protestantes americanos emigrados ou em passagem pelo país” (Vieira, 2012, p. 7). Nessa mesma década, já se encontra o primeiro projeto de lei que versa sobre a educação domiciliar, o 4.657/1994 (Vasconcelos; Boto, 2020, p. 8).

É no século XXI, contudo, que o *homeschooling* avança como tema de alguma representação social no Brasil: ainda que mantivesse sua marginalidade, casos de famílias adeptas à prática ganham espaço midiático, e, na esfera legislativa, presencia-se o aumento

no número de projetos de lei relativos ao tópico – como o 6.001/2001, o 6.484/2002 e o 4.191/2004 (Vasconcelos; Boto, 2020). Na década de 2010, o *homeschooling* aparenta ter sofrido uma inédita expansão quantitativa. A *Cartilha de Educação Domiciliar* produzida pelo Ministério da Educação (Brasil, 2021, p. 5) confirma a cifra de 17 mil famílias, correspondente a “35 mil crianças e adolescentes”. O período também vê a criação de mais projetos, como o 3.179/2012 – aglutinador dos demais –, o 10.185/2018 e o 2.401/2019 (Wendler; Flach, 2020, p. 7). Outro elemento de nível federal é encontrado nas *Metas nacionais prioritárias do governo* de Jair Bolsonaro: no documento, o *homeschooling* é listado como a terceira prioridade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2019). Como último desdobramento, destaca-se a aprovação do PL 3.179/2012 pela Câmara dos Deputados, em 19 de maio de 2022, e sua tramitação no Senado Federal como PL 1.338/2022 (Brasil, 2023).

Sem investigar as minúcias relativas a tais projetos, importa comentar sobre a argumentação por eles evocada. Em artigo já citado de Cury, encontra-se uma instigante discussão sobre a posição intermediária da retórica pró-*homeschooling* diante de dois universos de sentido ligados ao jusnaturalismo – medieval e moderno (Cury, 2017, p. 110). De acordo com o primeiro, não se poderia admitir uma norma artificialmente construída que contrariasse as determinações do direito natural, levando em conta que esse teria sido conformado por uma razão sacra (Cury, 2017, p. 112). Na segunda tradição, concebe-se o direito natural como o conjunto de postulações morais genéricas naturalmente (isto é, intrinsecamente) perceptíveis e que, não obstante, dependem da lei positiva para ser seguidas (Cury, 2017, p. 113). Quando mobilizada atualmente, essa concepção acaba se aproximando da ideia de “justiça” (Cury, 2017, p. 114).

Diante de tais compreensões do direito natural, eis o porquê de a defesa da educação domiciliar estar no intermédio de ambos: “[...] [d]e um lado, [...] [ela] toma a família como precedente ao Estado e assim superior ao direito positivo estabelecido pelo Estado”, aproximando-a de determinações divinas; “[...] de outro lado, [...] [ela] [propugna] pela liberdade de ensino entendida [...] como o direito do indivíduo de buscar caminhos próprios e alternativos, com apoio da família, dado que a educação é um direito”, fazendo do *homeschooling* um fruto inerente à justiça (Cury, 2017, p. 115). Disso, atribuem-se duas culpas à escola: estar ligada a uma forma de direito secundária e ser o carrasco de pretensões injustas do Estado. A única alternativa, nesse caso, é a busca de algo exterior a ela.

Deve-se, por ora, encarar o perfil das próprias famílias *homeschoolers*. Dado o relativo desconhecimento que o cerca, precisá-lo não é simples, mas há uma evidente clivagem entre os que se propõem a realizar tal tarefa: de um lado, o retrato das famílias é baseado na pluralidade, sendo impossível abarcá-las por um mesmo conteúdo; de outro, definem-se tais famílias pelo conservadorismo, o que se expressa em sua tentativa de preservar a moralidade, hábitos e crenças da esfera familiar de interferências externas.

Trazendo reflexões sobre o *homeschooling* na população negra contemporânea e partindo de bell hooks e sua concepção do lar de famílias negras como um “espaço ao mesmo

tempo privado e compartilhado coletivamente” em que o controle da própria subjetivação é possível, Fields-Smith e Kisura (2013, p. 266, tradução nossa) mostram como a prática adota um valor de resistência nesse recorte. Embora seja possível replicar tais argumentos na realidade brasileira, experiências como essas ainda não foram corroboradas pela produção acadêmica. A Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), todavia, defende a existência de diversidade no público *homeschooler* em termos político-culturais, afirmando que, dentre as famílias praticantes de educação domiciliar no Brasil, encontram-se diferentes credos e posicionamentos políticos (ANED, [201-?]).

Já em autores como B. A. Picoli (2020), nota-se a intimidade presente entre uma educação estrita ou majoritariamente dada no seio familiar e uma cosmovisão conservadora: o *homeschooling* “[...] pode criar e cristalizar prejuízos (psicológicos e sociais) que dificultarão as relações [do] indivíduo com os ‘outros’” (Picoli, 2020, p. 7). Nesse sentido, a quais valores se alude quando se trata da reprodução/conservação facilitada pelo *homeschooling*? Fundamentalmente, pode-se falar na importância destacada do neoconservadorismo religioso (Cecchetti; Tedesco, 2020), o que formaria uma moralidade sensível e avesso ao contato com o público. Assim perfilados os praticantes de *homeschooling*, constata-se, com base em Gaither, que é necessário ir além: no autor, a presença da religião não é necessariamente associada à rejeição da escola, uma vez que a formação da sociedade estadunidense se dá de forma íntima à difusão do *ethos* protestante – o que, por vezes, recorreu à escola pública.

Uma das formas de se ir, de fato, mais adiante nesse tópico é investigar a representação da escola àqueles que a criticam com fins em sua negação. Para isso, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) pode ser adicionado à discussão: ainda que esquadrihá-lo exceda a proposta do trabalho, seu nascimento e desenvolvimento reproduzem muitos aspectos vistos na organização da educação domiciliar. Em ambos, é possível encontrar uma compreensão da escola como espaço ameaçador à tradição familiar (Miguel; Oliveira, 2021, p. 52) e autocaracterizações como movimentos neutros ideologicamente; veem-se, ademais, vitórias localizadas de cada um. Mesmo suas temporalidades se cruzam: se for destacada apenas a atuação legislativa dos irmãos Bolsonaro, há, em 2014, a publicação do PL 2.974, do deputado estadual Flávio Bolsonaro (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), e do PL 867, do vereador Carlos Bolsonaro (Câmara Municipal do Rio de Janeiro) (Ribeiro, 2021, p. 185); no ano seguinte, vê-se o PL 3.261, apresentado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (Câmara dos Deputados).

Embora os dois movimentos sustentem o discurso da luta por uma educação melhor do que aquela que estaria proposta na escola atual, há certas especificidades em cada argumentação: ao MESP, o fim está na adaptação do sistema educacional a um modelo que se afirma mais objetivo e neutro; aos *homeschoolers* e seus simpatizantes, a melhor educação já não pode ser defendida no espaço escolar, devendo ser uma prerrogativa familiar. Concebendo-os novamente de forma geral, se pode-se afirmar que suas ações têm sido relativamente pontuais (especialmente quanto à educação domiciliar), seus efeitos não se

restringem a algumas conquistas legais. Propriamente falando, os enunciados que emitem a respeito de objetos como “escola”, “família”, “professores”, “pais” e “alunos” não podem ser ignorados: mais que causas mecânicas de mudanças sociais, eles são valiosos indicadores de movimentos mais subterrâneos e lentos – como deteriorações na esfera pública.

A essa representação da escola, vale contrapor alguns trabalhos que, ao criticarem-na, engajam-se em seu fortalecimento. R. Cyrino (2021), ao tratar das disputas políticas que impactaram no entendimento do que é a “boa” educação, identifica no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a intensificação de propostas neoliberalizantes da escola brasileira (Cyrino, 2021, p. 73). Na perspectiva das fundações e instituições privadas que passam a atuar na educação pública, falhas nesta podem ser compreendidas por uma formação com excesso de teoria e ideologia e falta de técnica (Cyrino, 2021, p. 79). Quando as reformas políticas educacionais não rompem com tais preceitos, tal como se vê na Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017 (para a Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio), elas se limitam a um “[...] projeto de socialização política rumo a uma sociedade de empreendedores” (Cyrino, 2021, p. 85).

Formular críticas a esse projeto de escola é, como indicado, um passo necessário na estruturação de sua defesa. Em Á. I. Pérez Gómez (2000), por exemplo, há a compreensão de que a escola tem na socialização sua função mais conservadora – o que a torna, nas sociedades industriais, um mecanismo útil na substituição da socialização pré-industrial (direta), insuficiente na preparação das novas gerações ao mundo do trabalho (Pérez Gómez, 2000, p. 13-14). Além de tal orientação ao mundo do trabalho, a socialização escolar relaciona-se à “[...] formação de cidadão/ã para sua intervenção na vida pública” (Pérez Gómez, 2000, p. 15). Se aí se encontra a caracterização do momento mais conservador da escola, deve-se avançar para outra função possível nesse espaço: a humanização.

Ao necessariamente partir de um “conhecimento público”, supraindividual, não contido pela dimensão do privado e biográfico (Pérez Gómez, 2000, p. 21), a escola se coloca diante da renovação – sintetizada pela humanização. Com esta, a instituição escolar pode ser transformadora de dois modos: pela “[...] função compensatória das desigualdades de origem”, procurando reduzir as assimetrias de capital cultural e econômico que se fazem presentes em sala e explicitando sua condição social, e pela “[...] reconstrução dos conhecimentos [...] que a criança assimila em sua vida paralela e anterior à escola”, apreciando as informações e cosmovisões que ela trará para esse ambiente e debruçando-se sobre elas por meio de um “[...] debate aberto e racional” (Pérez Gómez, 2000, p. 25). Tal proposta não parte da presunção de que, mediante a escola, seja possível reconstruir conhecimentos irrestritamente, mas de que, nela, o aluno pode “[...] descentrar e ampliar sua limitada esfera de experiência e conhecimento e, enriquecido pela comparação e pela reflexão, chegar a opções que sabe provisórias” (Pérez Gómez, 2000, p. 26).

## **METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

Compreender a existência social e histórica da fala – a produção coletiva humana aqui em evidência – é, a essa pesquisa, uma perspectiva tão impreterível quanto delinear a técnica escolhida para manejá-la. Colocam-se ao centro, assim, as orientações de interpretação textual do Círculo de Bakhtin.

Como bem compila N. Rohling (2014), estabelecer uma metodologia discreta a partir dos escritos do Círculo não é algo simples. O que se convencionou chamar de Análise Dialógica de Discurso (ADD) refere-se a um “[...] movimento de recuperação de conceitos construídos ao longo dos textos bakhtinianos, que têm sido um norte para os estudos da linguagem de caráter histórico e social” (Rohling, 2014, p. 46). Aos que desejam usufruir da teoria bakhtiniana em seus estudos, não há aparato categórico fechado, mas, sim, a compreensão da dialogicidade do (e perante o) objeto manejado – a linguagem. Na ADD, o próprio processo deve-se construir dialogicamente. Abaixo, alguns pontos da teoria do Círculo são comentados.

Em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (1997) promove uma investigação da linguagem a partir da instigante afirmação e acolhimento de sua conflituosidade. Isso é: ela não habita um espaço neutro e hermético em relação a tensões e antagonismos sociais; está, pelo contrário, não apenas envolvida em tais processos, como é um de seus mais sensíveis veículos. A palavra, por exemplo, é por si signo “puro” e “neuro” (Bakhtin, 1997, p. 36); para ser apreendida, contudo, seu **uso** deve ser considerado. Como signo, ela não deve ser limitada pela lógica de um sinal: como destaca Bakhtin (1997, p. 94), se a sinalidade refere-se à identificação, a significação dá-se pela compreensão, em uma lógica ativa e operacional – dado que é aí que se nota sua relação bidirecional com o real em suas dimensões produtiva, política e, afinal, ideológica (Bakhtin, 1997, p. 42-43).

A aparência consensual que impera nos significados e valores das palavras desfigura sua origem conflitiva e camufla seus usos múltiplos (Bakhtin, 1997, p. 44). Para evidenciar o emprego maleável dos signos, Bakhtin (1997, p. 129) recorre ao conceito do “[...] tema da enunciação”: definido como “[...] sistema de signos dinâmico e complexo”, ele possibilita que o sentido vá além do previsto na “[...] palavra dicionarizada” (Bakhtin, 1997, p. 131), ampliando-se e diferenciando-se dentro do contexto do que é enunciado. Outra ponderação valiosa do autor refere-se ao indivíduo e o social. “Aceita-se, geralmente, uma correlação entre o ‘individual’ e o ‘social’. De onde se extrai a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social. Esta concepção revela-se radicalmente falsa”; o termo que se correlaciona negativamente com o social é, na verdade o “natural” (Bakhtin, 1997, p. 58). Os processos envolvidos na formação do indivíduo (como sujeito) e da sociedade não se opõem, nem se rivalizam em um jogo de soma zero. O desgaste de um lado não implica o benefício de outro, posto que ambos podem progredir ou definharem pelos mesmos meios.

Como conteúdo aqui analisado, consideraram-se os registros de discussões sobre *homeschooling* no âmbito político brasileiro limitado à Câmara dos Deputados, compreendendo este não só por sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, mas, também, estendendo-o a seminários, eventos técnicos legislativos e programas vinculados

aos meios de comunicação da Casa citada (Rádio e TV Câmara). No total, quinze documentos<sup>2</sup>, compreendendo os anos de 2019 a 2021, foram selecionados, havendo exclusão deliberada daqueles em que não foi encontrada uma mínima pluralidade de posicionamentos sobre a prática.

Para que se alcançassem os alvos da ADD, o programa Iramuteq – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* – fora a ferramenta de pesquisa selecionada. Salieta-se sua natureza acessível ao público, estando ele estruturado na gratuita e aberta linguagem R de programação. Fez-se uso da Análise de Especificidades e AFC (Análise Fatorial de Correspondência), que esquematiza o perfil básico (frequência de “formas”, ou palavras) de um *corpus* a partir da lei hipergeométrica, da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que organiza os segmentos de texto em classes de acordo com um “vocabulário semelhante”, e da Análise de similitude, que, pela teoria dos grafos, permite a compreensão da intensidade das relações estabelecidas entre as palavras do *corpus* (Salviati, 2017). Em cada processo, utilizou-se o recurso de lematização de formas – isso é, a redução das palavras ao seu lema. No programa, isso se realiza pela equivalência automática de todas as conjugações de um mesmo verbo e neutralização das declinações dos substantivos e adjetivos (Salviati, 2017, p. 13-14). Destaca-se que, embora o Iramuteq forneça substantivos procedimentos exploratórios de conteúdos textuais, ele não prescinde da interpretação do/a pesquisador/a. Isso posto, acrescentaram-se a tais elaborações do programa destaques manuais do conteúdo trabalhado.

## RESULTADOS E ANÁLISE

No que se segue, serão exibidos não apenas os resultados dos procedimentos realizados no programa, mas inserções de trechos significativos ao conteúdo estudado. Foram codificados os posicionamentos “favorável”, “contrário” e “neutro perante o *homeschooling*”. De acordo com as informações preliminares fornecidas pelo Iramuteq, há 155 textos, dos quais 2.382 segmentos de texto foram extraídos. Houve 84.600 palavras, e 7.690 formas diferentes; destas, 3.870 palavras foram de ocorrência única (hápax). Em termos percentuais, as falas favoráveis ao *homeschooling* corresponderam a 51% do *corpus* geral, as contrárias, a 41,3% e as neutras, a 7,7%. Diante de sua representação reduzida no *corpus* geral, as últimas não serão pormenorizadas no presente texto.

Aplicando, primeiramente, a Análise de Especificidades e AFC no *corpus* relativo aos sujeitos favoráveis ao *homeschooling*, encontram-se as formas com maior escore desse conjunto. As dez mais significativas foram, decrescentemente, “família” (escore de 21,8414), “filho” (20,4789), “pai” (19,513), “*homeschooling*” (14,0775), “você” (13,3932), “praticar” (8,3559), “estar” (7,254), “minoría” (5,9105), “justo” (5,8868) e “tipo” (5,8644).

Nesse mesmo *corpus*, “minoría” aparece, em muitos momentos, não apenas como um qualificador das famílias *homeschoolers*, mas um elemento empregável na construção dos argumentos pró-*homeschooling*: estando em número reduzido, esses sujeitos deveriam

ter prioridade em termos de atenção governamental. É o que se vê no seguinte trecho: “Já conheci inúmeras dessas famílias, suas crianças, e vi o trabalho espetacular que é realizado. Temos que defender também essas **minorias**, porque eles são a verdadeira **minoria** no Brasil. (Deputada Caroline de Toni, PSL/SC)” (Reunião [...], 2021a).

Em excertos similares analisados, nota-se que tal forma, para além de rotular socialmente o número baixo de praticantes da educação domiciliar, o clama em oposição a outras minorias que – afirmam os discursos favoráveis ao *homeschooling* – teriam sido beneficiadas pelo público. Se não fora explicitado quais são estas, pode-se sugerir, pelo contexto, que fazem parte dos mesmos grupos que ameaçaram a discutida classe dos estabelecidos – população de mulheres, negros, LGBTQIA+. Aqui, os conflitos inerentes aos significados das palavras vistos em Bakhtin tornam-se visíveis: se o referente de minoria é limitado ao número de sujeitos que integram um grupo, as dificuldades eventualmente enfrentadas no âmbito judicial e social tornam-se desligadas dos componentes históricos e econômicos que, em outro uso da palavra, fariam presença. Rememorando, de forma específica, o universo linguístico empregado por discursos favoráveis ao *impeachment* de 2016, encontram-se, nele, referências similares a essas dirigidas à família. Unificando ambos os casos, as “famílias minoritárias” adotam a imagem de um núcleo a ser protegido daquilo que advém do espaço público – seja a política institucionalizada ou serviços públicos.

Por seu turno, as dez formas com maior escore dentre os sujeitos contrários ao *homeschooling* foram “a” (17,8503), “educação” (13,5431), “escola” (11,0109), “deficiência” (9,2055), “direito” (8,8411), “social” (8,7001), “de” (8,6779), “formação” (8,6142), “estudante” (8,3265) e “público” (8,1018).

Alguns vocábulos com emprego reduzido em ambos posicionamentos devem ser considerados mais a fundo. “Violência”, por exemplo, aparece 23 vezes em falas favoráveis ao *homeschooling* e 35 em contrárias. Enquanto, nestas, tal forma trata majoritariamente de abusos, maus-tratos e explorações sofridos pela criança e jovem recorrentes na e originários da esfera familiar e que são detectáveis pela escola, naquelas ela aparece primordialmente como um exemplo de alegações injustas feitas aos praticantes da educação domiciliar. “Indivíduo” e seus derivados – individual, individualmente, individualista –, por outro lado, aparecem 7 vezes em falas favoráveis à educação domiciliar e 16 vezes em falas críticas. Nas primeiras, eles se destacam como elementos beneficiados e potencializáveis por essa prática – os alunos *homeschoolers* podem se sobressair pela atenção à sua individualidade –, o que garantiria frutos para a sociedade, e como demarcadores da liberdade. Nas segundas, surgem como uma condição existencial que deveria ser pareada com o social e não valorizada em detrimento dele, além de algo que já estaria garantido na Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Embora não figure dentre as dez formas mais frequentes em cada *corpus*, “Estado” mostra-se razoavelmente presente em ambos, aparecendo 108 vezes em falas favoráveis ao *homeschooling* e 141 nas críticas. Nas primeiras, há tanto o desejo pela participação consorte de família e Estado na educação, limitando-se a ação deste à avaliação periódica e



verificação pontual das condições dos estudantes, quanto a descrição do Estado como um organismo que, ao mesmo tempo que se omite da realidade da educação domiciliar, persegue as famílias praticantes, ignorando, assim, sua condição de instituição posterior à existência da família – o que faria o direito desta mais inabalável e fundamental. Nas falas críticas ao *homeschooling*, apresentam-se o Estado, sociedade e família como entidades que deveriam se complementar e não se substituir, já que o único que pode oferecer educação ampla, de forma gratuita e com profissionais formados adequadamente é o Estado.

Vê-se, até aqui, que, quando o *homeschooling* é mobilizado como categoria positiva do discurso, acompanha-o o emprego de elementos e características típicos do espaço privado e de descrições de sua acepção injusta pelo mundo; quando ele surge como categoria negativa, o enunciado é marcado pela educação e o universo escolar, além de elementos relativos a interações sociais. O público não está ausente nas falas pró-*homeschooling*, mas é visto por meio dos efeitos por ele gerados na intimidade, tornando-se, aqui, associado a processos punitivos e criminalizantes.

Em um segundo momento, aplicou-se o procedimento CHD em cada posicionamento acerca do *homeschooling* isolado. Para o *corpus* de falas favoráveis à prática, 85,63% dos segmentos de texto foram classificados e quatro classes obtidas pelo Iramuteq. Dentre elas, foram notadas duas grandes ramificações temáticas: uma, que pode ser nomeada como “Ação legislativa pelo *homeschooling*”, contém comentários dos emissores a respeito da realidade legal vivida pelas famílias *homeschoolers* e as movimentações feitas para alterá-la; outra, que pode receber o título de “Como o *homeschooling* deve ser compreendido”, contempla diferentes caracterizações (positivas) da prática, passando por sua adoção em países desenvolvidos (exemplos de como poderia funcionar no Brasil) e chegando a comparações entre limitações da sala de aula e maiores possibilidades do ensino domiciliar.

Tendo em consideração os objetivos desta pesquisa, é plausível destacar, dentre as palavras encontradas na ramificação “Como o *homeschooling* deve ser compreendido”, as formas “ideológico”, “ideologia”, “socializar” e “governo”. Encarando – e expandindo – os segmentos de texto típicos separados pelo programa e que abranjam as duas primeiras formas, encontram-se falas como as seguintes:

Infelizmente muitas crianças acabam escolhendo, digamos assim, por **ideologias** etc., independente da questão **ideológica**, muitas crianças acabam se suicidando, tem também a questão da automutilação que tem que ser combatida, enfim, tudo isso passa pela questão familiar. Se nós temos famílias fortes, nós temos uma sociedade fortalecida, até porque só existe sociedade porque existe família. (Deputada Chris Tonietto, PSL/RJ) (Seminário [...], 2019).

Lamentamos que alguns que são contrários ao *homeschooling* defendam outro tipo de escola, exatamente a escola da **ideologia** partidária, aquela onde sempre se propagaram ideias partidárias, desvirtuando, desviando os alunos da finalidade principal, que é o ensino. Lamentamos que isso seja

assim, mas essa é uma guerra antiga. (Deputado Pastor Eurico, PATRIOTA/PE) (Reunião [...], 2019).

Já as falas contendo “socializar” (forma lematizada que engloba “socialização”) podem ser exemplificadas no seguinte segmento típico:

“[...] [A] escola é para **socializar** as crianças” – onde é que está escrito isso na Constituição [...], que a escola é para **socializar**? A escola é para escolarizar, quem educa são os pais, quem escolariza é a escola, isso é a vida. Então, veja bem, a partir do momento em que a criança está **socializada** nos clubes, nas praças, nas escolas, nas comunidades, na própria família, na participação das associações de pais, estando em orquestras, estando em atividades culturais, como capoeira por exemplo, música, dança, ora, essas pessoas estão **socializadas** em vários aspectos da vida. (Deputado Lincoln Portela, PL/MG) (Painel [...], 2020).

Em menor escala, a forma “governo” refere-se a países em que a educação domiciliar é prática regulada. Há, contudo, outro padrão de sentido mais prevalente, que se refere, especificamente, ao(s) governo(s) brasileiro(s). É o que se vê no excerto abaixo:

[...] se nós não estivéssemos neste momento peculiar, com certeza as famílias do *homeschooling* estariam respondendo a mais processos, e algumas inclusive seriam acusadas e ameaçadas de perder a guarda dos seus filhos porque estão educando os filhos em casa. Chega! Basta! Está na hora de olharmos para essas famílias. Este **governo** tem o seguinte lema: ninguém ficará para trás. Essas famílias também, no Brasil, não ficarão para trás. (Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) (Discussão [...], 2021).

Com as últimas duas formas referidas, a percepção do “público” tida pelos sujeitos favoráveis ao *homeschooling* se especifica. Ao definirem “socialização” pela imagem de uma vivência individual não-escolar, tratam-na como algo oportunizado pela família e, também, por locais como “praças”, “comunidade”, “associações”, “orquestras” e “atividades culturais” – à primeira vista, espaços públicos análogos à escola. Eles diferenciam-se, contudo, em teor e intenção: tais locais possibilitam interações casuais ou focadas em um conteúdo e formação limitados, não comprometendo-se com um olhar integral sobre os sujeitos; a socialização se dá sem questionar suas próprias condições. O momento de humanização é, portanto, impedido de dialogar com a socialização. Com “governo”, vê-se que a aversão à política institucionalizada e a autoafirmação não-ideológica do movimento deve se conformar com utilização concreta desse mesmo espaço político-partidário.

Quando aplicada ao *corpus* de falas contrárias ao *homeschooling*, a CHD obteve um aproveitamento de 96,85% dos segmentos de texto totais e produziu seis classes. Duas grandes ramificações dominam-nas: a primeira, definida por “Governo e educação”, trata de temas transversais a esta que deveriam estar na agenda política atual, além de preceitos que devem bloquear o avanço da educação domiciliar; a segunda, nomeada “Manutenção e funções da educação escolar”, refere-se não apenas aos princípios legais que apoiam a

obrigatoriedade da educação escolar, mas aos desenvolvimentos individuais e sociais por ela possibilitados – seja minimizando adversidades e desigualdades, seja afirmando diferenças. Destaca-se, do conteúdo pertencente à segunda ramificação, a forma “socialização”: de acordo com a Deputada Erika Kokay (PT/DF), “[...] a escola é fundamental para que nós possamos estabelecer o processo **socialização**, que é, absolutamente, um traço marcante da nossa própria humanidade” (Reunião [...], 2021b); em outra fala, afirma-se que:

[...] a qualidade do ensino está intimamente associada a uma característica que só encontra espaço nas escolas. Essa característica se chama “interações”, não estou aqui falando de **socialização**, estou falando de interações mediadas por professores e estudantes, e interações que ocorrem entre estudantes e estudantes. Essa interação é estruturante para se aprender. Este argumento não tem a ver com papel socializador da escola: a escola é importante para **socialização**, mas certamente o papel da escola é muito mais importante do que a **socialização**, é muito mais amplo. O papel da escola é o de produção de conhecimento, de desenvolvimento de competências essenciais para se lidar com um mundo cada vez mais complexo, incerto e desigual. (Raquel Franzim, Coordenadora de Educação e Cultura da Infância) (Educação Domiciliar [...], 2021).

Neste *corpus*, notam-se a centralidade e a amplitude atribuídas à instituição escolar: além de processos como convivência, socialização e aprendizagem, vê-se que as dimensões pré-escolares, subjetivas e sociais fazem-se presentes e relevantes na escola. Tal instituição destacar-se-ia, assim, por se desdobrar na e para a sociedade. “Socialização”, nos trechos apresentados e na análise de demais segmentos, alude à convivência com a diversidade – isso é, indo além do contato com núcleos íntimos –, ao caráter coletivo que nos forma como humanos; há, também, referências ao papel da escola ir além disso, como pode ser visto no segmento que faz referência às interações próprias a ela, de Raquel Franzim. Nesse trecho, a emissora aproxima-se da humanização discutida em Pérez Gómez, mas ainda não assume todas as implicações da compreensão que este apresenta. De fato, a humanização, tal qual ilustrada pelo autor – momento necessário à função educativa da escola –, não é tópico recorrente em nenhuma das falas.

A Análise de Similitude foi o último procedimento realizado a partir do Iramuteq. Cada *corpus* parcial – um para os favoráveis e outro para os críticos ao *homeschooling* – foi a ela submetido. Desligou-se deliberadamente da análise a forma “não”, a mais frequente em ambos os *corpora*. A Figura 1 apresenta os resultados da aplicação dessa análise para um *corpus* contendo apenas falas favoráveis ao *homeschooling*.



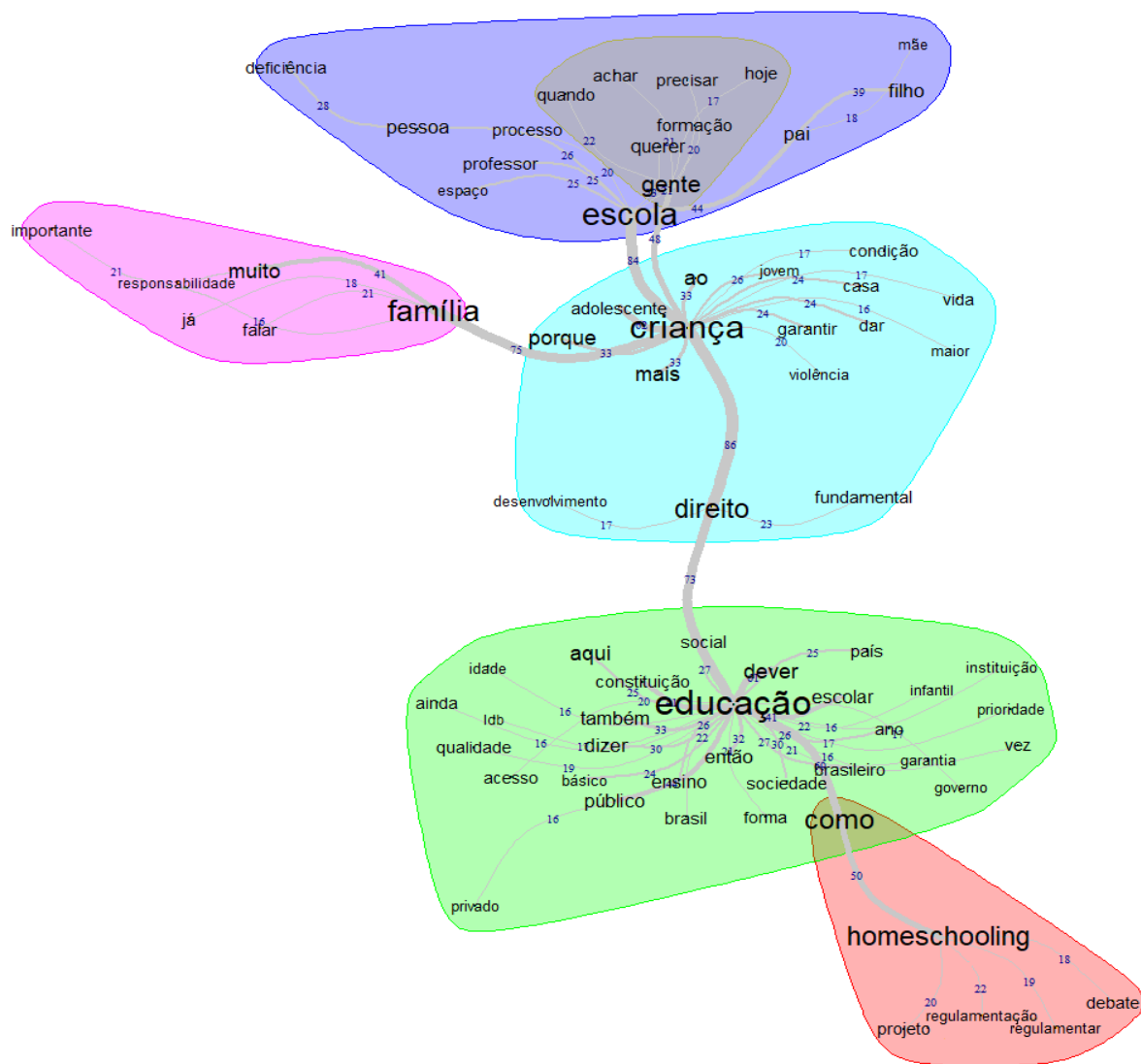


Figura 2 - Árvore máxima produzida pela aplicação da Análise de Similitude às falas contrárias ao *homeschooling*; escore > 15  
 Fonte: Autoria própria (2022).

Com a adição desse procedimento, compreende-se mais a fundo como cada forma de discurso estabelece referências de sentido com seu próprio feito. A centralidade que “família” adota na árvore máxima feita com falas favoráveis ao *homeschooling* revela sua primazia e centralidade diante de outros tópicos. Se se pensar no aspecto do emprego contextualizado das palavras, tal como previsto em Bakhtin, é notável que “direito”, “Estado”, “lei” e “sociedade” são compreendidos por intermédio de “família”, detendo uma posição de dependência quanto ao emprego desta. Para mais, verifica-se que, com a relação entre “direito” e “natural”, o jusnaturalismo assegura sua presença em tal *corpus*.

Pelo trio de procedimentos do Iramuteq apresentados e seus comentários, o trecho de Sennett (1998, p. 227) ganha vida: “[...] [s]entimentos complexos se tornam ameaçadores”:

se a socialização e humanização forem tomadas como os elementos mais permanentes da educação escolar – para além de conteúdos –, o maior aprendizado almejado pela educação domiciliar pode ser, em paralelo, o de “[...] amar e confiar nas imagens simples e fixas dos pais” (Sennett, 1998, p. 27). Ante a presença reduzida ou pontual de termos que, empregados em contextos determinados, esperava-se encontrar nas falas pró-*homeschooling* – como “violência” para caracterizar a realidade escolar, ou “indivíduo” e derivados –, vê-se que seu foco temático voltado à família não a torna primordialmente um meio de se evitar violência e promover individualidade, mas um fim que, crê-se, não estaria protegido na esfera pública.

Isso posto, como apreender a ascensão da educação domiciliar como pauta política nomeável no governo Jair Bolsonaro? No documento de metas prioritárias, destaca-se sua inserção sob o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; em uma fala presente no *corpus* favorável ao *homeschooling*, a deputada Bia Kicis afirma que o tópico saiu da Comissão de Educação “[...] [p]orque ele não trata de educação” (Reunião [...], 2021b). Fica, aí, exposta a ideia de que **o ponto central da defesa da prática não envolve educação, mas família e o que seriam seus direitos naturais e alienáveis**. Com tal estratégia, discussões sobre a equiparação de um ensino domiciliar a um escolar são criticadas como “ideológicas” por seus apoiadores. Em Bakhtin, contudo, o ideológico é uma condição que permeia a consciência humana – uma indicação de que esta se forma ao pertencer a uma comunidade. Nesse caso, afirmá-lo no indivíduo e no social é superar a oposição que poderia ser assentada sobre eles; negar sua aplicação ao eu-falante e tomá-lo como existente apenas no outro-falado é, enfim, um sinal de concepção isolada do ser humano.

A educação domiciliar trata das experiências de comunidades alternativas que buscam favorecer formas de ensino com menor rigidez e autoridade, de lares pautados pelo fundamentalismo religioso ou de famílias de grupos vulneráveis socialmente que temem o tratamento desigual dado a seus filhos? Se a resposta, em Gaither, abarca todas as alternativas, não é possível encontrar evidências bibliográficas da primeira e da terceira dessas experiências, enquanto referências à religião são constantes na literatura analisada. Tomando as falas reunidas nos *corpora* como única referência, vê-se que a família de fato mantém uma aura sacralizada e associada com tradições, mas é secularizada a ponto de ser o fim da argumentação – os dois jusnaturalismos de Cury apresentam-se, aqui, ativos.

Diante da absoluta centralidade da cúpula familiar ao *homeschooling* brasileiro, o crescimento do movimento pode ser justamente associado a mudanças na percepção do público em dado campo político. Se, como afirma Apple, o seu desenvolvimento nos Estados Unidos antecede as crises da década de 1970, estando estas envolvidas em sua intensificação e maior organização, pode-se tomá-lo, em sua versão brasileira, como uma prática de histórico que supera o tempo presente, mas que, com as recentes conjunturas político-econômicas do país, avança em número de praticantes e em presença política. Nota-se, além, que os temas que dominam nas falas de seus apoiadores não são excepcionais – como a visão da escola como um local maculado por ideologias destrutivas à unidade familiar e da família

como núcleo que ameniza tais influências e proporciona uma vivência mais apropriada porque mais natural. Esses elementos remetem às características envolvidas nas comunidades destrutivas mencionadas por Sennett: nelas, interações não-familiares são desencorajadas, e a exclusão é o grande processo criador de vínculos limitados.

À mencionada caracterização como espaço ideológico, se mistura a percepção da escola como local que não provê instrução suficiente. Se a socialização nela promovida é compreendida como substituível pela casa e por espaços como os citados clubes, orquestras, atividades culturais, e se sua única função – instruir – não estaria sendo bem executada, nada mais justificaria sua existência. Mais uma vez, reafirma-se que a ilustração da escola nas falas *pró-homeschooling* não é exclusiva a elas: com a popularidade e alcance de movimentos com retratos semelhantes (como o mencionado MESP), o léxico e as estruturas argumentativas empregados pelos defensores da prática participam de um tempo em que se vê a escola como a primeira etapa de uma anomia aparentemente gerida por meio da política institucional. Nesse caso, aquilo que se opõe a ou descredita instituições estabelecidas em concerto – seja a democracia ou a escola –, ganha ressonância social quando o faz **em nome da família** – a única ordem que passa a ser vista como possível e confiável.

E o que pode ser inferido de uma expansão da lógica privada? Por Sennett, sabe-se que o universo do privado familiar representa, a partir do século XIX, estabilidade, individualização e emotividade. Seu crescimento estrutural, irrefreado no século XX, teria sido sentido na realização e interpretação dos comportamentos na esfera pública. Tomando uma realidade em que essa tendência se reproduz em termos conjunturais (como viu-se nos anos 2013, 2016 e 2018), esvazia-se o espaço público e passa-se a preenchê-lo por aquilo que parece válido em si: a família. Vale destacar que, dos três termos – estabilidade, individualização e emotividade –, o primeiro e o último podem ser melhor conferidos no *corpus*. Quando isso é analisado por meio da realidade escolar, é possível atribuir sentido a acusações de doutrinação partidária realizada por docentes: tópicos que coloquem sob suspeita a naturalidade de certas estruturas familiares contrariam a única ordenação possível da vida – a dimensão que, sozinha, lhe oferece valor porque emocional. Não há, aí, percepção dialética: a escola é vista como a negação categórica e final da realidade doméstica de crianças e jovens passivos diante de seu poder tirânico.

Sendo impossível conhecer o porvir da educação domiciliar no Brasil, deve-se tomar seus significados para a educação escolar de hoje, especialmente no que tange às indicações que o crescimento da prática fornece sobre essa. A descrição da escola como espaço de socialização única e de conhecimento metodologicamente construído apareceu com certa relevância em discursos contrários ao *homeschooling*, mas foram opostos com alguma facilidade: a socialização, reduzida ao contato com outros sujeitos, e o conhecimento científico, reduzido à instrução, aparecem como elementos ordinários e substituíveis – ou, ainda, melhor supridos – por outros espaços. Caso se considere a educação escolar em sua faceta reprodutivista e de moldes tecnicistas, sua defesa torna-se, de fato, dispensável. Quando, contudo, rememora-se a humanização como momento conjugado à socialização,

originado do conhecimento público manejado e reconstruído pela escola, a especificidade dessa instituição ganha vida; aí, ela e seus sujeitos podem desnaturalizar seus conhecimentos prévios e adentrar um patamar mais sintético de compreensão de si e do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas anteriores, pretendeu-se formar, de um lado, uma base sólida conceitualmente sobre o espaço público e a educação domiciliar, núcleos centrais da pesquisa elaborada, e, de outro, uma prática exploratória de verbalizações envolvendo a temática do *homeschooling* em cenários políticos. A possibilidade de, de fato, encontrar relação entre as tendências do espaço público brasileiro e as do *homeschooling*, seja em sua evolução como pauta social, seja nos discursos de seus defensores, foi conferida e tal ligação pôde ser estabelecida. Além do fornecimento de uma compreensão político-econômica do momento conjuntural em que a educação domiciliar ganhou fôlego, foi possível encontrar estruturas verbais com referências substantivas ao espaço público e ao privado.

Com esses elementos, conferiu-se que o estudo do *homeschooling* deve ser tomado como uma matéria substancial e conseqüente para pesquisas sociais. Se ele obteve presença destacada na política nacional nos últimos anos, é preciso compreender metodicamente quais forças, disputas e tensões sociais participaram e estão participando em tal desenvolvimento. Mesmo que o crescimento exponencial da cifra de seus praticantes cesse, sua existência (como movimento organizado) no presente e no passado recente brasileiro é um efeito desse mesmo presente e passado. Conhecer os alcances de suas tendências sociais, políticas e econômicas é, nesse caso, compreender concretamente o tempo em que se vive e aprimorar a defesa de uma educação escolar não somente socializadora, mas também humanizadora.

## REFERÊNCIAS

ANED. **Perguntas e respostas**. [201-?]. Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 20 set. 2021.

APPLE, M. The cultural politics of home schooling. **Peabody Journal of Education**, p. 256-271, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0161956X.2000.9681944>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Casa Civil. **Metas nacionais prioritárias: agenda de 100 dias de governo**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/100-dias-tabela-reformatada-com-17.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.



BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei Nº 3179/2012**. 2023. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-3179-2012>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha de Educação domiciliar**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso\\_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar\\_V1.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf). Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Família**. [2019?]. Disponível em: [www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia](http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia). Acesso em: 12 ago. 2021.

BROWN, W. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. Cambridge: Zone Books, 2015.

CECCHETTI, E.; TEDESCO, A. L. Educação básica em “xeque”: homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14816>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. *In*: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). **Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

COSTA, S. Estrutura social e crise política no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/T7sNNKHBwkzqckLBcycsjcF/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

CURY, C. R. J. Homeschooling: entre dois jusnaturalismos? **Pro-posições**, v. 28, n. 2 (83), p. 104-121, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/RvWL6bDhV3GsV3Zgc98QHxc/?lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CYRINO, R. Estado “com partido”, neoliberalismo e socialização política rumo a uma sociedade de empreendedores. *In*: LIMA, I. R. S.; OLIVEIRA, R. C (org.). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 69-98.

DISCUSSÃO sobre o PL 3.179/2012 e apensados - Educação Domiciliar. Câmara dos Deputados. **Evento Técnico**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/60903>. Acesso em: 5 dez. 2021.

EDUCAÇÃO DOMICILIAR na primeira infância. Câmara dos Deputados. **Evento Técnico**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/60949>. Acesso em: 6 dez. 2021.

FIELDS-SMITH, C.; KISURA, M. W. Resisting the status quo: the narratives of black homeschoolers in metro-Atlanta and metro-DC. **Peabody Journal of Education**, v. 88, n. 3, p. 265-283, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0161956X.2013.796823>. Acesso em: 6 ago. 2021.

GAITHER, M. **Homeschool: an American history**. 2. ed. Mechanicsburg: Palgrave Macmillan, 2017.

MIGUEL, L. F.; OLIVEIRA, M. O Escola Sem Partido e a emergência da direita que ousa dizer o nome. In: LIMA, I. R. S.; OLIVEIRA, R. C. (org.). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 45-68.

PAINEL Eletrônico: entrevista com Deputado Lincoln Portela sobre educação domiciliar. Câmara dos Deputados. **Rádio Câmara**. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/695422-dep-pedro-uczai-ambiente-escolar-e-ideal-para-socializacao-e-desenvolvimento-do-pensamento-critico>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PÉREZ GÓMEZ, Á. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, Á. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PICOLI, B. A. Homeschooling e os irrenunciáveis perigos da educação: reflexões sobre as possibilidades de educação sem escola no mundo plural a partir de Arendt, Biesta e Savater. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14535>. Acesso em: 5 ago. 2021.

REUNIÃO Deliberativa Extraordinária virtual de 19 de maio de 2021. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 2021a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61551>. Acesso em: 5 dez. 2021.

REUNIÃO Deliberativa Extraordinária virtual de 26 de maio de 2021. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 2021b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61597>. Acesso em: 5 dez. 2021.

REUNIÃO Deliberativa Ordinária de 29 de outubro de 2019. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58292>. Acesso em: 5 dez. 2021.

RIBEIRO, L. B. A neutralidade incompreendida pelo Movimento Escola Sem Partido. In: LIMA, I. R. S.; OLIVEIRA, R. C. (org.). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 185-205.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 44-60, 2014.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. 2017. Disponível em: [www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati). Acesso em: 17 dez. 2021.

SANTOS, F. R. C. D. A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 2-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/29344>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SEMINÁRIO sobre educação domiciliar. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55009>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEREJO, E. S.; CAL, D. G. R. Em defesa de que famílias? Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018. **Revista EPTIC**, v. 23, n. 1, p. 27-46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/13887>. Acesso em: 16 set. 2021.

VASCONCELOS, M. C. C.; BOTO, C. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14654>. Acesso em: 21 ago. 2021.

VIEIRA, A. **“Escola? não, obrigado”**: um retrato da homeschooling no Brasil. 2012. 76 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3946>. Acesso em: 4 ago. 2021.

WENDLER, J. M.; FLACH, S. D. F. Reflexões sobre a proposta de educação domiciliar no Brasil: o Projeto de Lei Nº 2401/2019. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14881>. Acesso em: 16 ago. 2021.

#### **AUTORIA:**

\* Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora independente. Contato: [isabelawender@gmail.com](mailto:isabelawender@gmail.com)

\*\* Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Ciências Sociais, no Programa de Pós Graduação Projeto e Cidade e no curso de Especialização em Políticas Públicas. Contato: [debora@ufg.br](mailto:debora@ufg.br)

**COMO CITAR ABNT:**

FERNANDES, I. W. L.; CUNHA, D. F. da. Ordem e progresso na res Privata: avanços da educação domiciliar em um espaço público esvaziado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-28, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670104. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670104>. Acesso em: 12 dez. 2023.

**Notas**

<sup>1</sup> O texto apresentado deriva de pesquisa realizada no trabalho final de graduação em Ciências Sociais (UFG).

<sup>2</sup> Quando possível, fez-se uso de notas taquigráficas; nos demais casos, os conteúdos foram transcritos. Destaca-se, ainda, que os cargos governamentais/ocupações e as filiações a partidos políticos indicados em excertos ligam-se à conjuntura contemporânea à emissão de cada fala.